



Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2021

WILL FINANCEIRA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

will 
BANK

Diretoria

Felipe Felix Soares de Sousa
Diretor Geral

Ricardo Saad Neto
Diretor Corporativo

Contador

Marlon Soares Fernandes
CRC 1SP-295873/O-5

Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ nº 23.862.762/0001-00

Relatório da Administração 2021

Receita

A receita da Will Financeira é composta principalmente através de juros cobrados do rotativo de cartão de crédito, do parcelamento de faturas vencidas e do uso de limite através de produtos no crédito (como transferências e saques no crédito). Em termos comparáveis, nossa receita de intermediação financeira cresceu 81%, de R\$418 milhões em 2020 para R\$755 milhões em 2021. Esse aumento ocorre em especial pelo aumento de clientes na empresa e melhorias operacionais, como o processo de captação de dívida em distribuidoras e cobrança de clientes em atraso.

Despesas de Intermediação financeira

As despesas financeiras envolvem as nossas despesas com juros, também chamado de custo de "funding", são principalmente despesas com emissão de CDBs e LCs pós e pré-fixados, distribuídos por corretoras parceiras para pessoas físicas. Em 2021, esse custo subiu 71% em relação ao ano passado, crescimento justificado pelos aumentos do CDI ao longo do ano. Já nossas operações de venda ou transferência de ativos financeiros, que seriam nossas perdas financeiras, cresceram de R\$378 milhões para R\$429 milhões de 2020 para 2021. Esse aumento de 23% das despesas financeiras contra o aumento de 81% de nossas receitas financeiras ajudam a explicar o salto de R\$30 milhões negativo para R\$206 milhões positivo no nosso resultado financeiro antes de provisões de perdas.

Despesas com provisão para perdas de crédito

As despesas com provisões para perdas cresceram de R\$60 milhões positivo para R\$63 milhões negativo, isso está diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação e maturação da nossa carteira de crédito. Utilizamos como método de cálculo a resolução 2.682 do Banco Central.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais comportam todos os custos não relacionados diretamente à operação, mas essenciais ao funcionamento da empresa. Suas principais despesas são com despesas pessoais e administrativas (que incluem despesas com serviços de cobrança e publicidade). No todo, a linha teve um aumento de R\$30 milhões em 2020 para R\$50 milhões em 2021. Esse crescimento de despesa é justificado pelo rápido crescimento do negócio e otimização de processos internos.

Resultado Líquido

O Resultado da operação após tributos e participações nos gera um lucro líquido de R\$58 milhões em comparação aos R\$36 mil de prejuízo relativos a 2020.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucris Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Limite de capital regulatório

Conforme descrito em nota explicativa nº 18(a) às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 o Índice de Basileia da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento encontrava-se inferior ao mínimo regulatório requerido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 7 de julho de 2021, sem ressalvas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609 /O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		175.140	122.432
Disponibilidades	5a	11.241	996
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	163.899	121.436
Instrumentos Financeiros		981.473	451.970
Títulos e Valores Mobiliários	6a	372.155	167.916
Operações de Crédito	7a	706.917	318.859
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(97.599)	(34.805)
Outros créditos	8	1.242.548	812.736
Ativos Fiscais Diferidos	14c	45.926	37.956
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		—	2.556
Imobilizado de Uso	9	13	307
Intangível	10	2.412	2.412
Depreciações e Amortizações	9/10	(1.761)	(1.106)
Total de Ativo		2.445.751	1.429.263
Passivo	Nota	2021	2020
Depósitos e Instrumentos Financeiros		1.976.242	1.330.458
Depósitos	11a	1.100.558	307.097
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	875.684	1.023.361
Outras Obrigações	12	95.074	22.905
Instrumento de Dívida Elegível a Capital	13	14.545	13.903
Total do Passivo		2.085.861	1.367.266
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	50.000	50.000
Aumento de Capital	15	250.000	—
Reservas de Capital	15	57.495	—
Reservas de Lucros	15	2.395	11.997
Total do Patrimônio Líquido		359.890	61.997
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.445.751	1.429.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R\$, exceto o número de ações e lucro por ação)

Nota	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	441.480	755.413	418.430
Receitas de Operações de Crédito	7c	399.063	701.515
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	4.376	5.942
Resultado de Títulos e valores mobiliários	6b	6.171	5.732
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		31.870	42.224
Despesas de Intermediação financeira	(372.006)	(549.541)	(448.514)
Despesa de juros	11c	(77.032)	(120.319)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(294.974)	(429.222)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas	69.474	205.872	(30.084)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	7d	(21.105)	(62.794)
Resultado de intermediação financeira	48.369	143.078	29.939
Outras receitas/despesas operacionais	(31.574)	(50.462)	(29.939)
Receita de prestação de serviço		75	278
Despesa de pessoal	16a	(6.234)	(6.916)
Despesas administrativas	16b	(24.614)	(34.907)
Despesas tributárias	14b	690	(9.457)
Depreciação e Amortização	16b	(303)	(655)
Outras receitas operacionais	16c	–	2.613
Outras despesas operacionais	16c	(1.188)	(1.418)
Resultado Operacional	16.795	92.616	–
Outras Receitas e Despesas	–	(1.450)	–
Resultado antes de tributos e participações	16.795	91.165	–
Tributos e participações	(7.435)	(33.364)	(36)
IRPJ e CSLL correntes	14a	(8.673)	(41.149)
IRPJ e CSLL diferidos	14a	1.262	7.839
Participações Estatutárias no Lucro		(24)	(54)
Lucro Líquido (prejuízo) do semestre e exercício	9.360	57.802	(36)
Número de Ações		300.000.000	300.000.000
			50.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R\$)

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro (Prejuízo) Líquido do semestre e exercício	9.360	57.802	(36)
Resultado Abrangente do semestre e exercício	9.360	57.802	(36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Milhares de Reais - R\$)

		Capital	Aumento	Reservas	Reservas	Lucro/	Outros	Total do
	Nota	Social	de Capital	de Lucro	de Capital	(Prejuízo)	Resultados	Patrimônio
				- Legal		Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31/12/2019		40.000	10.000	1.103	10.931	–	–	62.034
Aumento de Capital	15	10.000	(10.000)	–	–	–	–	–
Prejuízo Líquido do Exercício	15	–	–	–	–	(36)	–	(36)
Reversão de Reserva	15	–	–	(1.103)	1.103	–	–	–
Absorção de Prejuízo	15	–	–	–	(36)	36	–	(0)
Saldo em 31/12/2020		50.000	–	–	11.998	–	–	61.998
Mutações no período		10.000	(10.000)	(1.103)	1.067	–	–	(36)
Saldo em 30/06/2021								
(reapresentado)		50.000	–	–	50.529	–	–	100.529
Aumento de Capital	15	–	250.000	–	–	–	–	250.000
Lucro Líquido do Semestre	15	–	–	–	–	9.361	–	9.361
Constituição de Reserva de Lucros e de Capital	15	–	–	2.395	6.966	(9.361)	–	–
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	2.395	57.495	–	–	359.890
Mutações no período		–	250.000	2.395	6.966	–	–	259.361
Saldo em 31/12/2020		50.000	–	–	11.998	–	–	61.998
Aumento de Capital	15	–	250.000	–	–	–	–	250.000
Lucro Líquido do Exercício	15	–	–	–	–	57.801	–	57.801
Reversão de Reserva		–	–	–	(9.909)	–	–	(9.909)
Constituição de Reserva de Lucros	15	–	–	2.395	55.406	(57.801)	–	–
Saldo em 31/12/2021		50.000	250.000	2.395	57.495	–	–	359.890
Mutações no período		–	250.000	2.395	45.497	–	–	297.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

**SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(Em Milhares de Reais - R\$)

		2021		2020
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do semestre/exercício		9.360	57.802	(36)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	16b	303	655	603
Despesa com provisão de liquidação duvidosa	7e	21.105	62.794	(60.023)
Teste ao valor recuperável de ativos	9	301	2.850	—
Resultado de IRPJ e CSLL diferidos	14a	(1.262)	(7.839)	24
Marcação a Mercado - TVM		328	328	—
Juros não realizados		32.562	45.111	—
Despesa com provisão para IRPJ e CSLL	14a	8.673	41.149	—
Rateio de despesas do 2º sem.		22.605	22.605	—
Resultado Ajustado		93.975	225.455	(59.432)
Variação em ativos e passivos operacionais				
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(101.688)	(101.688)	(30.740)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	7	(136.836)	(388.058)	110.231
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(346.259)	(452.548)	(340.625)
Aumento/(Redução) em Depósitos	11a	406.627	748.350	220.755
Aumento/(Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	11b	(47.735)	(147.677)	(6.761)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	12	26.057	15.924	(2.043)
Imposto de renda e contribuição pagos		15.737	15.737	—
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais		(184.097)	(309.960)	(49.183)
Fluxo de caixa de atividades de Investimentos				
Imobilizado de Uso	9	—	—	7
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	6	(105.368)	(102.878)	—
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) em Investimentos		(105.368)	(102.878)	7
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital - em dinheiro	15	250.000	250.000	—
Reversão de reserva para rateio de despesas do 1º sem.		(9.909)	(9.909)	—
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		240.091	240.091	—
Caixa e Equivalentes de caixa		44.600	52.708	(108.609)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do semestre/exercício		130.540	122.432	231.041
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do semestre/exercício		175.140	175.140	122.432
Aumento/(redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		44.600	52.708	(108.609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto Operacional

A Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Will Financeira" ou "Companhia"), foi constituída em 01 de junho de 2015 (originalmente denominada AVISTA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, teve sua denominação alterada em 14 de dezembro de 2020), com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de praticar operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e em vigor. Sua matriz tem sede e domicílio localizados na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303 - 10º andar, conjunto 1001 C - São Paulo/SP.

Seus atos societários de constituição foram aprovados pelo Banco Central do Brasil em 02 de dezembro de 2015, iniciando suas atividades a partir de 06 de setembro de 2016.

A Companhia, como resultado de reorganização societária realizada no exercício de 2021 (nota 15), é controlada diretamente pela Will Holding Financeira Ltda ("Will Holding"), faz parte do Conglomerado Prudencial Will Bank (ou "Grupo") do qual ainda faz parte do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NP Recupera ("FIDC") e tem como controladora final a Will S.A. Instituição de Pagamento ("Will Pagamento" ou "IP"), anteriormente denominada Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova").

A Sociedade tem como foco de atuação a concessão de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes da Will Pagamento, aplicando seus recursos próprios e o de terceiros, captados através da emissão de Letras de Câmbio ("LC") e por Certificados e Recibos de Depósitos Bancários ("CDB" e "RDB").

A antiga PAG S.A. Meios de Pagamentos foi cindida em 10 de dezembro de 2019, originando as empresas Supernova S.A. Meios de Pagamentos ("Supernova") e Avista S.A. Administradora de Cartões de Crédito ("Avista Cartões"), que representam dois negócios segregados: (i) Supernova, detentora do produto digital Pag! cujas operações começaram em 2017, permitindo aos usuários a emissão de cartões Pag! Mastercard e o acesso a conta digital onde podem realizar depósitos, fazer saques, transferências, recargas de celular e pagar títulos e convênios; e (ii) Avista Cartões, cujo financiamento de operações pela Will Financeira foi encerrado no mês de abril de 2020. Em 05 de outubro de 2020 a Supernova sofreu alteração de sua denominação para Will S.A. Meios de Pagamento, a mudança da denominação da empresa vai ao encontro da estratégia do Grupo em desenvolver um novo banco digital com marca forte, direta e simples, que possibilite uma experiência intuitiva e transparente aos seus clientes, ocorrendo concomitantemente com o desenvolvimento do aplicativo Will Bank. No segundo semestre de 2021 a Will Pagamentos, realizou uma nova mudança na denominação da empresa que passou a ser Will S.A. Instituição de Pagamento. Atualmente a Will Financeira que detém as operações em atraso da Will Pagamentos, as quais tornam-se crédito rotativo, operações de crédito.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pelo Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e Conselho Monetário Nacional ("CMN") e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 07 de julho de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos os pronunciamentos foram recepcionados pelo BACEN. Desta forma a Will Financeira, na elaboração das suas demonstrações contábeis, considerou para elaboração dessas demonstrações contábeis os seguintes pronunciamentos contábeis sumarizados abaixo:

Pronunciamento	Resolução
PC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.144/12
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Eventos Subsequentes	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 - Reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações contábeis de investidas no exterior e às operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior	CPC 02 (R2)
Res. CMN nº 4.534/2016 - Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 - Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional

Os números apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade gera e despende caixa ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela Diretoria da Companhia, em 25 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Reapresentação das Demonstrações Contábeis do saldo inicial do semestre findo em 31 de dezembro de 2021

Foi realizado o estudo de rateio de despesas entre as empresas do grupo durante o 2º semestre de 2021, que refletiu no ajuste de valores relativos ao resultado do 1º semestre de 2021. Nesse sentido, a Companhia está procedendo a reapresentação das informações presentes nestas demonstrações contábeis e relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, conforme apresentado abaixo, como previsto na NBC TG, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro):

	<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
Saldo em 30/06/2021 (Coluna Reservas de Lucro - Legal)	60.438	(9.909)	50.529

3. Principais práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Will Financeira são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Ativos e Passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN. E são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

ii) Títulos disponíveis para venda

São títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido dentro de outros resultados abrangentes.

iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, sendo os rendimentos auferidos reconhecidos no resultado do exercício e não havendo atualização para o valor justo.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

g) Operações de Crédito/Provisão para Perdas

São concedidas de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição e classificadas em nove níveis de risco de "AA" até "H". A Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas, considerando o provisionamento mínimo requerido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Os juros referentes às operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizados no resultado do período e, a partir do 60º dia, os juros ficam represados e somente serão apropriados ao resultado quando forem efetivamente recebidos.

As operações que estão classificadas no nível "H" são cedidas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Recupera (FIDC), sendo que essas cessões são efetuadas sem coobrigação.

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão relacionadas a serviços ou produtos pagos de forma antecipada, e nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros, portanto, estes valores são amortizados ao longo do tempo conforme os direitos e benefícios são transferidos para a Will Financeira.

i) Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos itens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil dos itens de imobilizado são: (I) Móveis e utensílios - 10 anos; (II) Máquinas e Equipamentos de Informática - 5 anos; (III) Benfeitoria em imóveis de terceiros - 5 anos; (IV) Instalações - 10 anos; e (V) Veículos - 5 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen 4.534/2016. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização também constam no ativo tangível. A vida útil dos itens de intangíveis é de 5 anos.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

l) Letras de Câmbio

Estão demonstrados pelo valor captado, acrescidas dos encargos incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) corrente originam-se dos impostos a serem recolhidos ou recuperados dentro do exercício.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, e são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% do adicional de IRPJ sob o excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) ao ano. A CSLL é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

Em 01.03.2021 foi publicada a medida provisória (MP) n° 1.034, convertida no dia 14 de julho de 2021 na Lei n° 14.183, que alterou a Lei n° 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A CSLL foi fixada em 20%, até 31.12.2021 e 15% a partir de 1° de janeiro de 2022, nos casos das pessoas jurídicas referidas nos incisos II ao VII do parágrafo 1° do art. 1° da Lei Complementar n° 105/2001. Vale ressaltar que a medida entrou em vigor apenas no 1° dia do 4° mês subsequente ao de sua publicação.

n) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, que será apenas confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, exceto quando a Will Financeira entender que a sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, finalização de processo em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

Já provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a probabilidade de perda:

- Provável: são reconhecidas provisões no passivo;
- Possível: são divulgados nas demonstrações contábeis, mas não são constituídas provisões; e
- Remoto: não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, ajustado ao seu valor presente.

p) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreu no período apresentado utilizando o método indireto.

q) Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação da Will Financeira é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais no final do exercício aplicável.

r) Resultados recorrentes/não correntes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e instrumentos financeiros.

b) Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

i) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

ii) Provisões legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revistas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

iii) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito da Carteira de Crédito

A provisão de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto leva-se em consideração os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 1.682/1999.

iv) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados observáveis como, por exemplo, indicadores de liquidez, indicadores de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado pelos instrumentos financeiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Depósitos Bancários	517	140
Reservas Livres	10.724	856
	11.241	996
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	163.899	97.275
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	—	24.161
	163.899	121.436
Total	175.140	122.432

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Posição Bancada	4.235	5.752	5.199
Aplicação em Depósito Interfinanceiro	141	190	76
Total	4.376	5.942	5.275

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários por vencimento

Os instrumentos financeiros estão representados por títulos públicos federais integrantes da carteira própria da Will Financeira e estão classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para negociação e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2021					31/12/2020		
	Vencimento		Valor	Valor de	Marcação	Vencimento		Valor
	Até 1 ano	Depois 1 ano	Contábil	Mercado	a Mercado	Até 1 ano	Depois 1 ano	Contábil
1 - Mantidos para negociação								
Letras Financeiras do Tesouro	–	101.361	101.361	–	–	–	–	–
2 - Mantidos até o vencimento								
Letras Financeiras do Tesouro	–	270.794	270.794	270.466	328	56.560	111.356	167.916
	–	372.155	372.155	270.466	328	56.560	111.356	167.916

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Títulos de Renda Fixa	6.171	5.732	(697)
Total	6.171	5.732	(697)

7. Operações de Crédito

Estão representadas por operações geradas majoritariamente através do financiamento de operações de cartão de crédito da Will Pagamento com remuneração pactuada a taxas pré-fixadas.

a) Composição das Operações de Crédito por rating

Nível de Risco	31/12/2021	31/12/2020
	Carteira	Carteira
A	307.219	173.619
B	96.773	34.693
C	62.090	30.090
D	64.618	22.261
E	62.274	23.398
F	58.359	15.846
G	55.584	17.989
H	–	963
Total Geral	706.917	318.859
Circulante	693.282	313.136
Não Circulante	13.635	5.723

b) Composição das Operações de Crédito por vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Curso Normal	307.218	173.618
Parcelas vencidas	40.131	24.350
Até 14 dias	40.131	24.350
Parcelas a vencer	267.087	149.268
Até 3 meses	254.211	133.769
3 a 6 meses	9.298	8.383
6 a 12 meses	2.919	4.516
Acima de 12 meses	659	2.600
Curso Anormal	399.699	145.241
Parcelas vencidas	296.718	101.842
Até 14 dias	12.805	–
Acima de 14 dias	283.913	101.842
Parcelas a vencer	102.981	43.399
Até 3 meses	82.939	31.168
3 a 6 meses	11.545	5.170
6 a 12 meses	6.077	3.938
Acima de 12 meses	2.420	3.123
Total	706.917	318.859

c) Resultado das Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são advindas da apropriação de juros da carteira de crédito no montante de R \$701.515 (R \$401.820 em 2020), e no semestre de R \$399.063 (R \$270.550 em 2020).

d) Constituição da Provisão para Perdas com Carteira de Crédito por níveis de risco

Conforme facultado na Resolução CMN nº 2.682/99, por se tratar de operações com valor abaixo de R\$ 50.000, essas operações são inicialmente classificadas no nível de risco "A", sendo reclassificadas para níveis de risco "B" até "H" em decorrência da eventual inadimplência verificada nesses contratos.

A provisão para perdas com carteira de crédito é constituída sobre o saldo da carteira das operações de crédito, o mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99. No período anterior era efetuado um complemento da Provisão, de acordo com a Política interna, no montante de R \$1.964 em 31 de dezembro de 2020, a partir do 2º semestre de 2021, não se fez necessário a provisão complementar, visto a performance histórica da carteira de crédito.

Os saldos contábeis das operações de crédito, considerando os níveis estabelecidos em função da nova política de provisionamento, ficaram assim segregados:

	31/12/2021	31/12/2020
Nível de Risco	PDD Total	PDD Total
A	(1.535)	(922)
B	(968)	(368)
C	(1.863)	(958)
D	(6.462)	(2.363)
E	(18.682)	(7.452)
F	(29.180)	(8.411)
G	(38.909)	(13.368)
H	—	(963)
Total Geral	(97.599)	(34.805)

e) Movimentação Provisão para Perdas com Carteira de Créditos

	31/12/2021	31/12/2020
	2º Semestre	Exercício
Saldo Inicial	(41.690)	(60.023)
Constituição/(reversão)	330.925	509.655
Baixas	(268.131)	(386.837)
Saldo Final	21.105	(60.023)

f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados no Período	111.147	71.593
Baixas por Cessão ao FIDC	9.408	7.335
Total	120.556	78.928

8. Outros Créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Antecipação de transação de pagamento pós-pago (a)	965.096	744.229
Créditos a receber Will Pagamentos (b)	252.704	40.392
Valores a receber – FIDC Recupera (c)	3.298	1.158
Valores a receber – Incentivo Extraordinário (d)	–	18.925
Devedores Diversos no País (e)	7.436	7.216
Impostos e Contribuições a Compensar (f)	13.696	744
Despesas Antecipadas	318	72
Total	1.242.548	812.736
Circulante	1.242.548	805.774
Não Circulante	–	6.962

(a) Antecipação de Transação de pagamento pós pago: está representado por direitos de crédito decorrentes de borderôs com deságio junto à Will Pagamento, e representadas por compras autorizadas de cartão de crédito (carteira não vencida), cujos vencimentos estão previstos para os meses subsequentes ao encerramento das demonstrações contábeis. Tais operações serão convertidas em operações de crédito somente se as pessoas físicas titulares dos cartões de crédito atrasarem ou parcelarem o pagamento de suas respectivas faturas mensais.

(b) Estão representados por valores a receber da Will Pagamento em decorrência dos valores faturados de créditos a receber, a serem liquidados financeiramente nos meses subsequentes ao balanço.

(c) Estão representados pelas operações de cessão de crédito a serem recebidas do FIDC Recupera.

(d) Valor referente a incentivo extraordinário a receber, referente a contrato de exclusividade fechado com empresa bandeira de cartão de crédito.

(e) Refere-se substancialmente a bloqueios judiciais e a valores a receber de empresa a qual a Will Financeira teve participações.

(f) Valores referentes à impostos e contribuições a compensar, sendo saldo majoritariamente composto por saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e outros tributos.

9. Imobilizado de Uso

	Saldo Contábil	Depreciação acumulada	Redução ao valor recuperável	Saldo Líquido	Saldo Contábil
Móveis e Equipamentos de Uso	6	(1)	–	5	3
Direito de uso de sistemas	301	–	(300)	1	–
Sistema de Comunicação	–	(2)	–	(2)	10
Total	307	(3)	(300)	4	13

10. Intangível

	31/12/2020	Exercício 2021		
	Saldo Contábil	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Contábil
Marcas	1	–	1	1
Desenvolvimento Interno	2.411	(1.758)	654	2.411
Total	2.412	(1.758)	655	2.412

11. Depósitos a Prazo e Recursos de Aceites

a) Segregação de depósitos por prazo de vencimento

Representados por Depósitos a prazo que estão registrados pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	269.046	569.936	838.982	37.072	156.867	193.939
Pós-fixados	61.376	200.200	261.576	20.642	87.346	107.988
Interfinanceiro	—	—	—	5.170	—	5.170
Total	330.422	770.136	1.100.558	62.884	244.213	307.097

b) Segregação por vencimento de Recursos de Aceites

Representados por Letras de Câmbio ("LC") emitidas, captadas com base em taxas pós-fixadas como base na remuneração do CDI e estão registradas pelo valor captado, acrescido dos encargos "pro rata temporis" até a data do balanço.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Vencimento			Vencimento		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Pré-fixados	81.192	412.987	494.179	100.164	340.457	440.621
Pós-fixados	133.989	247.514	381.503	132.471	450.269	582.740
Total	215.181	660.501	875.682	232.635	790.726	1.023.361

c) Despesas de Juros

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Depósitos a Prazo	37.514	52.507	58.279
Aceites Cambiais	37.119	64.274	10.337
Outros	2.399	3.538	1.914
Total	77.032	120.319	70.530

12. Outras Obrigações

	31/12/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos	1.301	—
IOF s/ operações de crédito	1.301	—
Fiscais e Previdenciárias	26.301	638
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.412	—
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	37	8
Impostos e contribuições sobre salários	31	29
Passivo Fiscal Diferido	131	570
PIS e COFINS	677	—
Outros	13	31
Diversas	67.472	22.267
Despesa de Pessoal	211	200
Provisão para Passivo Contingente	24	1.050
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	28.789	1.559
Receitas de Exercícios Futuros	—	18.925
Credores diversos - País (1)	38.448	533
Total	95.074	22.905
Circulante	94.942	5.873
Não Circulante	131	17.032

(1) Estão representados por valores a pagar para a Will Pagamentos e Lift, em decorrência dos valores faturados de débitos a pagar.

13. Instrumentos de Dívida Elegível a Capital

Estão representadas por Letras Financeiras com cláusula de subordinação (LFS), com vencimento previsto para 31 de julho de 2028, elegíveis para compor o nível II do Patrimônio Líquido de Referência da Will Financeira, conforme autorização do Banco Central do Brasil. O saldo contábil de 31 de dezembro de 2021 está representado pelo valor de captação de R \$12.500, acrescidos da remuneração equivalente a 105% do CDI. Sendo R \$14.545, o valor atualizado para 31 de dezembro de 2021 (R \$13.903 em 31 de dezembro de 2020).

14. Tributos

a) Conciliação dos encargos de IRPJ e CSLL

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	16.795	91.165	–
Participações no Lucro	(24)	(54)	(60)
Resultado antes dos Impostos	16.771	91.111	(60)
Encargo Total do IRPJ e CSLL às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(6.708)	(36.445)	24
Compartilhamento de custos intragrupo (1)	–	3.964	–
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (2)	(715)	(853)	–
Adicional de IRPJ	12	24	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.411)	(33.310)	24
<i>Impostos Correntes</i>	<i>(8.673)</i>	<i>(41.149)</i>	–
<i>Impostos Diferidos</i>	<i>1.262</i>	<i>7.839</i>	<i>24</i>

(1) Ajuste realizado em decorrência do contrato de compartilhamento de custos firmado entre as empresas do grupo ao longo do ano de 2021. Como a parcela dos custos rateada referente ao 1º semestre teve impacto diretamente no patrimônio líquido da companhia, as bases de cálculo de IRPJ e CSLL foram ajustadas a fim de refletir o impacto fiscal do contrato.

(2) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

b) Despesas Tributárias

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
PIS	(1.008)	(2.411)	(308)
COFINS	(6.204)	(14.840)	(1.894)
Outras Despesas Tributárias	(35)	(144)	(106)
Impostos a Recuperar	7.937	7.937	–
Total	690	(9.457)	(2.308)

c) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

Estão representados por créditos tributários constituídos majoritariamente sobre diferenças temporárias decorrentes de provisões para crédito de liquidação duvidosa e sobre prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. Os créditos tributários e passivo fiscal diferido foram refletidos na demonstração do resultado do exercício e constituídos com base na alíquota vigente na data da expectativa de realização dos créditos, calculados sobre a seguinte base:

c.1 Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	39.040	13.922
Provisão para Fornecedores	133	–
Total dos créditos sobre diferença temporária	39.173	13.922
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	6.753	24.034
Total IR e CS diferidos ativo	45.926	37.956

c.1 Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(131)	–
Total IR e CS diferidos passivo	(131)	–

d) Expectativa de Realização

O aproveitamento dos créditos tributários está projetado para ser realizado como segue:

Realização do Crédito Tributário					
Ano	IRPJ		CSLL		Total
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	
2.022	24.483	–	14.690	–	39.173
2.023	–	4.221	–	2.533	6.754
Total	24.483	4.221	14.690	2.533	45.926

e) Valor Presente dos Tributos Fiscais Diferidos

O valor presente dos tributos fiscais é de R\$ 44.261 (quarenta e quatro milhões, duzentos e sessenta e um mil reais), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, utilizando na projeção da Taxa Selic adotada e no método de fluxo de caixa descontado, é possível visualizar o cálculo do valor presente do crédito tributário conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	IRPJ	CSLL	Valor Contábil	Valor Presente
2.022	24.483	14.690	39.173	37.486
2.023	4.221	2.533	6.754	6.432
Total	28.704	17.222	45.926	43.919

15. Patrimônio Líquido

O Capital Social da Companhia inicial foi de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, de propriedade de domiciliados no país, representados por 40.000 (quarenta milhões) de ações, sem valor nominal, sendo 20.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas, com direito a voto, e 20.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, sem direito a voto.

Em 09 de dezembro de 2019, a Will Financeira deliberou pelo aumento de capital social da Sociedade, em moeda corrente, no valor de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), passando o capital social da Sociedade de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.000 (dez milhões) de novas ações, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo 5.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e 5.000 (cinco milhões) de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto. O aumento de capital social foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de agosto de 2020.

Aumento de Capital

Em 11 de julho de 2021, foi celebrado um acordo de investimento com o Fundo de Private Equity da XP e com a Atmos Capital, no montante de R\$ 250 milhões na Will Pagamento, em troca de uma participação minoritária. O contrato prevê a reorganização societária do grupo, onde a empresa Will Holding Financeira Ltda (“Will Holding”) foi criada em 03 de julho de 2021 e obteve o controle da Will Financeira em 19 de julho de 2021, sendo reconhecida por equivalência patrimonial. Adicionalmente, a Will Pagamento obteve o controle da Will Holding em 03 de agosto de 2021, sendo então a Will Pagamento a controladora da Will Holding e Will Financeira, onde foi realizado um aporte via aumento de capital pelo valor total do investimento efetuado, com a consequente emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações (preferenciais), processo o qual a Will Financeira está aguardando a homologação do BACEN.

Reservas

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

Dividendos

O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembléia Geral Ordinária que distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Companhia não efetuou distribuição de dividendos no exercício.

16. Outras receitas/despesas operacionais

Conforme descrito na nota 2, a administração procedeu durante o exercício de 2021 um estudo de rateio de despesas incorridas, resultando em um incremento no nível das despesas operacionais e administrativas comparativamente ao exercício anterior.

a) Despesa de Pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	4.399	4.716	464
Benefícios	246	440	303
Encargos sociais	1.523	1.658	168
Honorários de diretores e conselheiros	64	97	74
Treinamento	2	5	1
Total	6.234	6.916	1.010

b) Outras Despesas Administrativas

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Serviços Técnicos Especializados (*)	13.823	20.966	18.812
Processamento de Dados	2.508	4.107	3.090
Serviços financeiros	1.378	1.961	2.192
Depreciação e amortização	303	655	608
Publicidade e Propaganda	4.219	4.219	24
Contingências	—	60	240
Outros	2.686	3.595	2.142
Total	24.917	35.563	27.108

(*) Referem-se substancialmente a serviços terceirizados de cobranças contratados pela Will Financeira.

c) Outras Despesas Operacionais

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras Despesas Operacionais	1.188	1.293	770
Prejuízo com baixa de Empréstimos	—	125	—
Total	1.188	1.418	770

d) Outras Receitas Operacionais

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de Encargos e Despesas	–	(2.613)	1.199
Total	–	(2.613)	1.199

17. Partes Relacionadas

	2021		
	Will S.A. Meios de Pagamento	FIDC Recupera	Total
Ativo	251.786	3.298	255.084
Devedores Diversos no País	14	–	14
Créditos a Receber	251.772	–	251.772
Valores a Receber	–	3.298	3.298
Passivo	(61.373)	(71.382)	(132.754)
Depósitos a Prazo	–	(56.837)	(56.837)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	(28.789)	–	(28.789)
Credores diversos - País	(32.584)	–	(32.584)
Letras Financeiras	–	(14.545)	(14.545)
Resultado			
Despesas de Juros	–	(2.532)	(2.532)

	2020		
	Will S.A. Meios de Pagamento	FIDC Recupera	Total
Ativo	40.392	1.158	41.550
Créditos a Receber	40.392	–	40.392
Operações de vendas ou transferência de ativos	–	1.158	1.158
Passivo	–	(13.903)	(13.903)
Letras Financeiras	–	(13.903)	(13.903)
Receitas (Despesas)	–	(393)	(393)
Despesas de Juros	–	(393)	(393)

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

a) Índice de Basileia

Em decorrência do Acordo de Basileia III, observadas as normas emanadas pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a manter o Patrimônio de Referência (PR) compatível com a exposição aos riscos superior ao requerimento mínimo de 8% da relação entre o Patrimônio de Referência e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Patrimônio de Referência (PR) é composto pelo Nível I e pelo Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal e Capital Complementar e o Nível II composto por instrumentos de dívida subordinada. A Will Financeira compõe em seu Nível I apenas de Capital Principal (basicamente Capital Social Reservas de Capital e Lucros) além dos respectivos ajustes prudenciais. Já em seu Nível II, possui uma LFS (Letra Financeira Subordinada).

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) são apurados conforme a soma da parcela dos riscos de crédito, mercado e operacional. A Will Financeira utiliza abordagens padronizadas para o cálculo em consonância à regulamentação em vigor.

O Índice de Basileia, da Will Financeira, é de 6,02%, na data-base de 31 de dezembro de 2021 (7,59% em 31 de dezembro de 2020).

b) Estrutura de Gerenciamento de Capital

Visa o monitoramento, o controle e avaliação da necessidade de capital face à exposição a riscos, ao planejamento de metas e os objetivos estratégicos da instituição. A Will Financeira, além de monitorar a necessidade de capital, adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado ou no planejamento estratégico.

c) Gerenciamento do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito pela Will Financeira está ligada à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de crédito, envolvendo títulos, valores mobiliários ou aplicações interfinanceiras. Fundamentada na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Companhia dispõe de política de concessão de crédito, realizando operações de crédito pessoal nas modalidades rotativo e parcelado para clientes das suas coligadas ("Instituição de Pagamento").

O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura da exposição ao Risco de Crédito é realizado mediante a abordagem padronizada – RWA_{CPAD} .

d) Gerenciamento do Risco de Mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição.

Nossas aplicações de recursos em operações de crédito estão sendo pactuadas com remuneração de taxas pré-fixadas e as captações através de Recibos de Depósitos Bancários e Letras de Câmbio, na sua grande maioria, por taxas pós-fixadas. O monitoramento de eventos externos que pudessem impactar os fluxos de caixas futuros e a nossa rentabilidade são continuamente acompanhados pela Will Financeira. Os eventuais impactos na necessidade de capital para a cobertura da exposição aos riscos de mercado são monitorados através de sistema informatizado, onde são simuladas as situações de estresse.

Um fator relevante de mitigação de riscos é o prazo médio de vencimento dessas captações, onde aproximadamente 90% vencem a partir de um ano após o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, enquanto o giro das operações de crédito, em sua grande maioria é menor que este prazo. O que nos permitiria adotar eventuais medidas de proteção contra a eventual e futura elevação de taxas de juros. Outro mitigador importante é o fato da Will Financeira não manter operações classificadas na carteira de negociação.

O cálculo da parcela de capital requerido para a cobertura das exposições não classificadas na carteira de negociação é realizada através da parcela R_{BAN} .

e) Gerenciamento do Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Conforme facultado na Resolução CMN nº 4.557/2017, a Will Financeira calcula a parcela para a cobertura da exposição a esse risco pelo método do Indicador Básico. No período entre o início das atividades e o encerramento das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, não foram registradas perdas materiais decorrentes de eventos relacionados à risco operacional.

f) Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Existe uma política de caixa mínimo em vigor para gerenciar o risco de liquidez e esta política tem o objetivo de garantir recursos suficientes para suas obrigações de curto prazo. Além disso, a Will Financeira avalia de forma recorrente possíveis cenários de estresse e seus impactos nos índices de liquidez. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basiléia, e nas melhores práticas sugeridas pelo Institute of International Finance no Principles of Liquidity Risk Management, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a risco de liquidez da Instituição.

